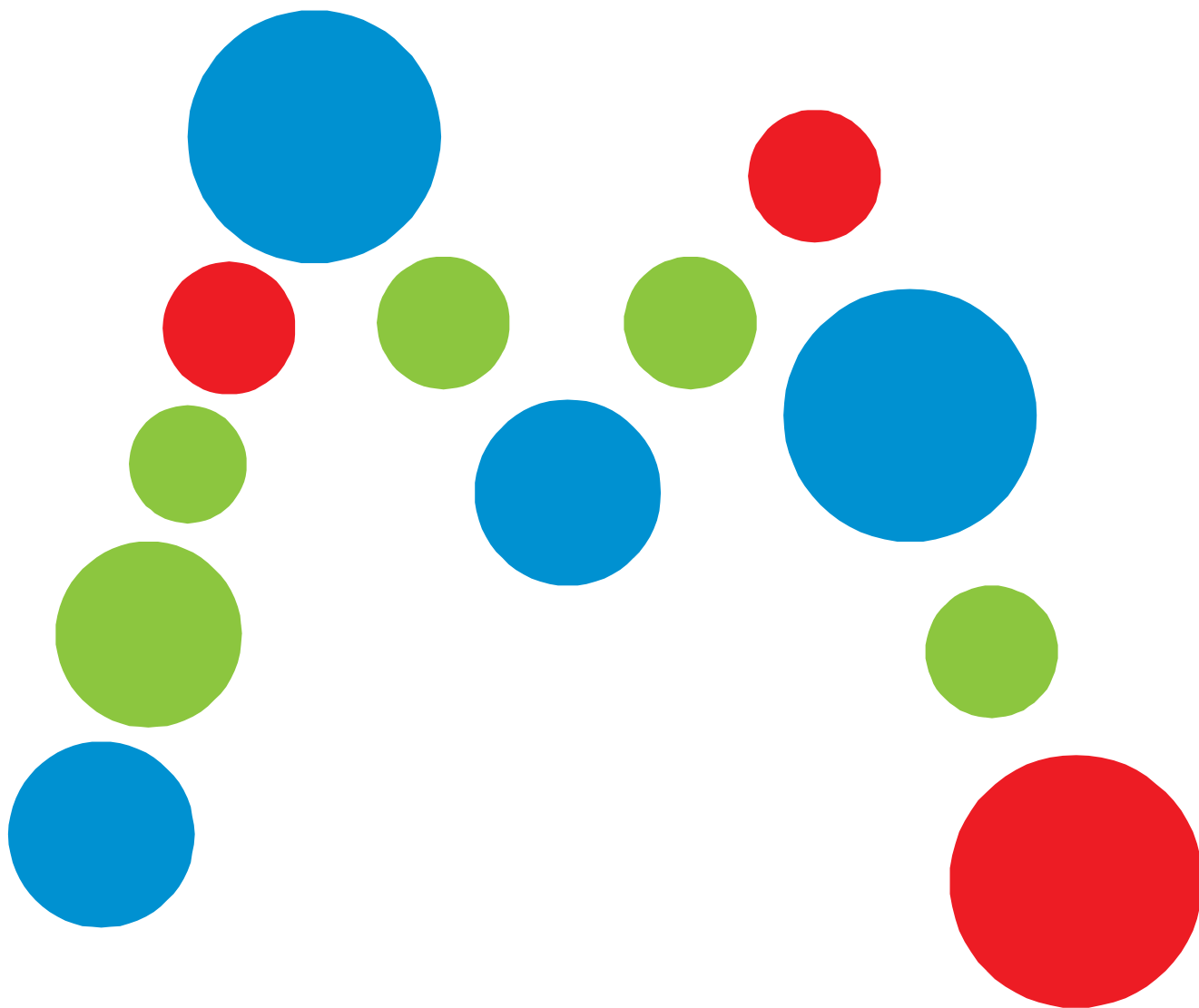


# Mercados

informação global



## Venezuela Ficha de Mercado

Junho 2009



aicep Portugal Global

## Índice

1. O País em Ficha	03
2. Economia	04
2.1 Situação Económica e Perspectivas	04
2.2 Comércio Internacional	07
2.3 Investimento	11
2.4 Turismo	12
3. Relações Económicas com Portugal	13
3.1 Comércio	13
3.2 Serviços	17
3.3 Investimento	18
3.4 Turismo	19
4. Relações Internacionais e Regionais	19
5. Condições Legais de Acesso ao Mercado	21
5.1 Regime Geral de Importação	21
5.2 Regime de Investimento Estrangeiro	22
5.3 Quadro Legal	25
6. Informações Úteis	27
7. Endereços Diversos	29
8. Fontes de Informação	32
8.1 Informação Online <b>aicep</b> Portugal Global	32
8.2 Endereços de Internet	33

## 1. O País em Ficha

Área:	912.050 km <sup>2</sup> , dos quais 882.050 km <sup>2</sup> em território continental e 30.00 km <sup>2</sup> território insular
População:	27,7 milhões de habitantes (estimativa 2008)
Densidade populacional:	30,3 hab./km <sup>2</sup> (estimativa 2008 )
Designação oficial:	República Bolivariana da Venezuela
Chefe do Estado e do Governo:	Hugo Chávez Frias (eleito em Dezembro de 2006)
Data da actual Constituição:	1999
Principais Partidos Políticos:	<u>Governo</u> : Movimento V República (MVR) mais um conjunto de pequenos partidos políticos (o Partido Socialista Unido de Venezuela – PSUV – foi criado para juntar o MVR com estes pequenos partidos, embora nem todos estejam integrados). <u>Oposição</u> : Acção Democrática (AD); Comité de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI); Movimento para o Socialismo (MAS); Primeiro Justiça (PJ); A Causa Radical (LCR); Convergência Nacional (CN); Um Novo Tempo (UNT).
Capital:	Caracas (1,8 milhões de habitantes) / (Censo de 2001 - último disponível) – Apesar de ser o último Censo disponível, este número não se ajusta ao nº de habitantes actual, que seguramente ultrapassa os 4 milhões de habitantes.
Outras cidades importantes:	Maracaibo e Valência
Religião:	O catolicismo romano é a religião predominante
Língua:	Castelhano
Unidade monetária:	Bolívar Forte (VEF) 1 EUR = 2,8505 VEF (BdP/Abril 2009 – fim de período) 1 USD = 2,15 VEF(EIU/2009) – Este câmbio é fixo em relação ao dólar desde 2005. No entanto, prevê-se um eventual ajustamento no sentido da desvalorização do VEF.
“Ranking” em negócios:	Risco político CCC (AAA = risco menor; D = risco maior) Risco de estrutura económica B Índice 4,05 (10 = máximo) “Ranking” geral 81 (entre 82 países) (EIU – Maio 2009)
Risco de crédito:	6 (1 = risco menor; 7 = risco maior) (COSEC – Maio 2009 - <a href="http://cgf.cosec.pt">http://cgf.cosec.pt</a> )
Grau da abertura e dimensão relativa do mercado:	Exp.+ Imp./ PIB = 44,3% (2008) Imp./ PIB = 15,0% (2008) Imp. / Imp. Mundial = 0,32% (2007)

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU) – Viewswire 24<sup>th</sup> April; Country Report January 2009  
WTO - World Trade Organization; UNCTAD; CIA; OCDE  
Banco de Portugal; COSEC;

## 2. Economia

### 2.1 Situação Económica e Perspectivas

A Venezuela possui, actualmente, uma economia centrada na produção e exportação de petróleo. É esta actividade que domina, sendo o petróleo responsável, entre outros, por cerca de um terço do PIB, por perto de 90% das receitas das exportações e por cerca de metade do financiamento da administração pública.

É fácil de concluir quanto depende a evolução económica deste país, face os níveis do preço do petróleo no mercado internacional. O crescimento significativo do PIB ao longo de vários anos e até 2006, mostra a importância das receitas do sector do petróleo. A economia venezuelana concluiu o ano de 2006 a tirar proveito do *boom* do preço que foi alcançado, sendo que, nos mercados internacionais o petróleo aumentou quase para o dobro, face a 2002; esta evolução positiva ainda permitiu que o PIB tenha apresentado um crescimento de 8,4% em 2007, situação que entra em declínio a partir de meados do 2008, tendo em conta a quebra do respectivo preço. E é, entre outros factores, também neste contexto que o governo anunciou recentemente ajustamentos, quer nos gastos, quer nos impostos.

Em Março pp. o Presidente Chávez anunciou que o orçamento de 2009 teria que ser revisto, em função da alteração do preço do petróleo, que assume estar a 40USD/barril, quando o referido orçamento foi feito baseado no preço de 60USD/barril (abaixo de 98USD/barril verificado em 2008). Também a respectiva quota de produção sofre uma redução, introduzida recentemente pela OPEP.

Segundo fontes governamentais, as alterações que se estão a verificar na economia do país, implicam uma redução de perto de 7% no orçamento de 2009; os gastos têm que ser reduzidos, de acordo com a quebra das receitas, embora o Presidente Chávez defenda que os gastos sociais devam ser preservados, além de anunciar um aumento de 20% no salário mínimo, implementado por duas vezes – Maio e Setembro – o que na prática implica o salário mínimo em quebra, face à taxa de inflação prevista para este ano: 30,3%.

Mesmo assim, depois de implementadas algumas medidas, ainda se espera para 2009 um défice do sector público na ordem dos 5% do PIB, o que poderá levar à revisão de planos que impliquem um reforço das receitas fiscais, a exemplo da subida da taxa do IVA, de 9 para 12% desde Março passado. Segundo a OCDE, a adopção de políticas fiscais poderá tornar-se numa ferramenta poderosa para o desenvolvimento económico, político e social do país, desde que a receita tenha um acréscimo eficiente e razoável e se traduza em gastos na promoção do crescimento económico, na redução da pobreza e na maior qualificação da população.

Sabendo-se da importância das receitas do petróleo, a dependência da evolução do seu respectivo preço, quando este se encontra em baixa, provoca condicionalismos que colocam a Venezuela numa situação difícil, particularmente perante a ausência de uma efectiva política fiscal de contra ciclo (o EIU considera as medidas anunciadas em Março inadequadas, tendo em vista a severidade da uma hipótese

de recessão). Contudo, depois de um ano de 2008 em que as *commodities* atravessaram uma época de preços elevados, as previsões para 2009 e 2010 mostram uma quebra dos mesmos (embora elevados numa perspectiva histórica), o que não deixa de ter o seu interesse, perante fortes importações por parte da Venezuela.

O crescimento do sector petrolífero nos últimos anos, permitiu a adopção de uma política fiscal fortemente expansiva, de onde resultou o crescimento da despesa pública, da procura interna e do investimento, gerando uma subida das importações (entre 2004/2008 o acréscimo foi de 183%) e da inflação (atingiu cerca de 30% em 2008). Mas o declínio do preço do petróleo, em conjunto com alguns problemas nas políticas de desenvolvimento adoptadas, indicia um ano de 2009 com graves questões, que se prolongará para 2010, sendo que em 2011 já se espera verificar uma pequena recuperação na evolução do PIB.

Assim:

- A inflação será elevada enfraquecendo a procura, podendo vir a ser influenciada por uma desvalorização da taxa de câmbio fixa (o Economist Intelligence Unit adianta que tal possa acontecer no 2º semestre de 2009), indo suster a erosão das receitas e do poder de compra. O governo, na esperança de uma subida do preço do petróleo, tem retardado a desvalorização e cortado ao máximo a importação de produtos pagos em USD, o que tem provocado uma maior procura no mercado negro;
- Estima-se que o crescimento do consumo privado seja de -5% em 2009 (continuando negativo em 2010), muito especialmente devido ao crescimento dos salários reais ser negativo e à subida repentina da inflação, o que, em conjugação com outros factores, contribuem para uma previsão de quebra nas importações quer em 2009, quer em 2010;
- O investimento desce bruscamente; perante a falta de investimento em energia, perante o corte de produção ditado pela OPEP e perante alguns problemas de *cashflow* na empresa estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA), a produção de petróleo cairá, contribuindo para uma quebra nas exportações. A este propósito convém referir a continuação da política de nacionalizações, nomeadamente, as recentes expropriações de empresas que prestam serviços conexos ao sector dos hidrocarbonetos. A Gazeta Oficial datada de 8 de Maio divulga a lista constituída por 39 empresas da área dos serviços, da zona de Maracaibo, que proporcionarão elevadas poupanças à PDVSA, além da absorção de mais de 8.000 trabalhadores.

Mas uma componente do PIB prevê-se que permaneça positiva – o consumo público, que deverá crescer a uma média de 5% entre 2009 e 2010.

Na área do comércio externo têm-se previsões de decréscimos das importações em 2009 e 2010 – cerca de -35,4% e -5,2% respectivamente –, sendo que para o caso das exportações só o ano de 2009 assistirá a um decréscimo (-56,6%); para o ano de 2010 já se prevê o início da recuperação destas (+9,6%), seguindo-se um acréscimo nas importações apenas em 2011 (+7,5%). Ou seja, deverá assistir-

-se a uma pequena recuperação do sector externo, já a partir de 2010, não obstante o saldo da balança comercial apresente valores inferiores (mas em crescimento), relativamente aos apresentados até 2008. O seu pico inferior será em 2009 (em 2010 já deverá crescer 56,8% e em 2011 cerca de 57,9%).

Segundo fonte local, o Instituto Nacional de Estadística, a taxa de desemprego no 1º trimestre de 2009 atingiu 8%, quando no fim de 2008 estava em 6,1%, subida que se relaciona com factores sazonais, embora represente uma evolução positiva se comparamos esta taxa com o período homólogo de 2008 (no 1º trimestre o desemprego foi de 8,5%) e com as taxas que se verificam noutros países da mesma região. As previsões até 2010 mostram o desemprego em crescimento, o que muito tem a ver com um acréscimo da população inactiva.

Por último, assiste-se a uma abrupta deterioração da balança corrente em 2009; de novo referindo o já acima explicitado, a receita das exportações baixa, devido não só à baixa do preço do petróleo, como a uma quebra na quantidade exportada, além de uma mais fraca procura por parte dos principais parceiros comerciais, obrigando as entidades, para alcançarem um saldo positivo da sua balança comercial, a restringirem as importações, baixando as despesas em USD dólares (como já atrás referido).

#### Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2006 <sup>a</sup>	2007 <sup>a</sup>	2008 <sup>b</sup>	2009 <sup>c</sup>	2010 <sup>c</sup>	2011 <sup>c</sup>
População	Milhões	26,9	27,3	27,7	28,1	28,5	28,9
PIB a preços de mercado	10 <sup>9</sup> VEF	396,1	489,7	686,8	736,0	971,1	1.288,0
PIB a preços de mercado	10 <sup>9</sup> USD	184,5	228,1	319,9	294,1	222,0	203,4
PIB per capita	USD	6.863	8.359	11.535	10.459	7.784	7.040
Crescimento real do PIB	%	10,3	8,4	4,8	-5,0	-5,4	-1,5
Consumo privado	Var. %	17,9	18,7	7,1	-5,0	-5,5	1,6
Consumo público	Var. %	6,7	5,1	5,7	6,0	4,0	3,0
Formação bruta de capital fixo	Var. %	26,6	25,4	-2,4	-12,0	-8,0	2,5
Taxa de desemprego	%	10,0	8,5	7,4 <sup>a</sup>	10,7	13,8	12,8
Taxa de inflação	%	13,7	18,7	30,4 <sup>a</sup>	30,3	32,6	32,3
Dívida pública	% do PIB	23,9	19,3	20,4	28,8	29,0	27,7
Saldo do sector público	% do PIB	0,0	3,0	-1,1	-5,3	-3,7	-1,8
Balança corrente	10 <sup>9</sup> USD	27,1	20,0	39,2	1,1	7,0	7,9
Balança corrente	% do PIB	14,7	8,8	12,3	0,4	3,2	3,9
Taxa de câmbio (média)	1USD=xVEF	2,15	2,15	2,15 <sup>a</sup>	2,50	4,37	6,33

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU) – ViewsWire 24<sup>th</sup> April 2009

Nota: (a) Actual  
(b) Estimativas  
(c) Previsões

VEF – moeda da Venezuela “bolívar forte”

Assumindo que o preço do petróleo começará a subir moderadamente em 2010, tal como a procura interna, o saldo da balança corrente poderá vir a alcançar já em 2010, cerca de 3% do PIB.

Como destaque sublinhe-se que a actual crise económica e financeira surpreendeu não só a Venezuela, como os diferentes países da América Latina e das Caraíbas, num período histórico de calma e progresso, situação que não se verificava há várias décadas.

## 2.2 Comércio Internacional

A balança comercial venezuelana durante o período em análise apresenta um saldo positivo e crescente (com o ano de 2007 a ser excepção), além de elevados coeficientes de cobertura. Em termos de acréscimos, a evolução entre 2004/2008, para as exportações foi de 135,5% e para as importações foi de 183%.

Apesar de se verificar uma balança comercial sempre positiva, o ano de 2004 foi aquele que inferior saldo apresentou e maior coeficiente de cobertura registou. O comportamento do saldo entre 2004/2008 registou um acréscimo de cerca de 100%, não obstante um decréscimo de perto de 28% de 2006/2007, embora logo seguido de um aumento de 92%.

Como já referido, pelo peso que o sector petrolífero tem no comércio externo da Venezuela, mais concretamente nas exportações, a evolução do seu preço exerce um impacto muito significativo nos valores das mesmas. É o que se verificou durante uma boa parte do ano de 2008, tendo em conta os elevados preços que este produto alcançou no comércio internacional.

Nas importações e até 2007, a existência de um fraco sector industrial e de um período prolongado de sobrevalorização da taxa de câmbio, conduziram a uma elevada propensão para a Venezuela importar, tendo em vista a satisfação das necessidades de consumo e de investimento; mas uma contracção no consumo interno e na indústria local provocou em 2008 um reduzido acréscimo nas importações (2,9%).

No que concerne ao peso da Venezuela enquanto parceiro económico mundial, os dados da OMC indicam que, não obstante algumas alterações ao longo destes 4 anos, o seu posicionamento como exportador é superior ao de importador: assim e segundo os últimos dados disponíveis, em 2007 a Venezuela ocupa a 39ª posição como exportador (representando 0,50% do total das exportações) e na 47ª posição como importador (representando 0,32% do total das importações).

Mas, relativamente às exportações em 2007/2008 e segundo fonte oficial, o Instituto Nacional de Estadística, registam-se algumas diferenças de vulto: ao compararmos os valores realizados entre Jan/Nov de 2008 com o período homólogo de 2007, verifica-se uma quebra de 71,3%, com as exportações do sector *no petrolero* a constituírem 99,4% do total exportado, embora registando uma variação de -57,1%. As exportações do petróleo representaram no referido período de 2008, cerca de 0,6% do total, com uma variação de -99,5%.

Na posse de dados mais actuais para o caso das importações (Janeiro e Fevereiro de 2009), tem-se:

- Um aumento de 0,6% face ao período homólogo de 2008;
- O sector privado representou 82,4% das importações, uma variação de -7% face ao mesmo período de 2008;
- O sector público representou 17,6% do total das importações, com um acréscimo, face a 2008, de +62,8%;
- O acréscimo das importações teve origem nas empresas petrolíferas e noutras empresas estatais, cujo total (destas empresas) representou um acréscimo de +64%, se compararmos com igual período de 2008.
- Os sectores que mais têm vindo a sofrer com as restrições ao acesso a divisas é o sector automóvel e o de embalagens. Há fábricas de montagem de automóveis que prevêem ter de parar a sua produção por falta de componentes; por outro lado as importações de automóveis estão praticamente estagnadas no corrente ano.

#### Evolução da balança comercial

(10 <sup>9</sup> USD)	2004	2005	2006	2007	2008
Exportação fob	39,7	55,6	65,2	69,2	93,5
Importação fob	17,0	24,2	32,5	45,5	48,1
Saldo	22,7	31,4	32,7	23,7	45,4
Coeficiente de cobertura (%)	233,5	229,7	200,6	152,0	194,4
Posição no "ranking" mundial					
Como exportador	40 <sup>a</sup>	38 <sup>a</sup>	38 <sup>a</sup>	39 <sup>a</sup>	n.d.
Como importador	57 <sup>a</sup>	51 <sup>e</sup>	49 <sup>a</sup>	47 <sup>a</sup>	n.d.

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU);  
WTO - World Trade Organization

Nota: n.d. – não disponível

O Executivo está a trabalhar na reformulação das directrizes que passarão a reger o comércio interno e externo, tendo em vista a consolidação do socialismo, as quais se deverão efectivar a longo prazo. O Ministro da Economia anunciou que o plano está baseado em cinco directrizes concretas.

Por outro lado, procurando fazer uma breve análise sobre a evolução do relacionamento com os principais parceiros económicos da Venezuela, a informação disponível do EIU só nos apresenta dados até 2006, pelo que nos vamos cingir aos mesmos.



Historicamente o principal cliente da Venezuela, devido à venda de petróleo, são os EUA, embora se verifique uma redução na respectiva quota que, no período 2004/2006, passou de 60,3%, para 53,5%. Neste mesmo período, a segunda posição vem sendo ocupada pelas Antilhas Holandesas, com uma quota de certo modo estabilizada ao longo destes 3 anos. Segue-se como 3º cliente a China, apresentando uma quota em ascensão. Também em ascensão está a posição de Espanha, cuja quota mais que triplicou de peso. Durante estes 3 anos da análise, as posições relativas destes 4 clientes não se alteraram.

### Principais Clientes

Mercado	2004		2005		2006	
	quota	posição	quota	posição	quota	posição
EUA	60,3%	1º	57,7%	1º	53,5%	1º
Antilhas Holandesas	8,4%	2º	8,2%	2º	8,8%	2º
China	1,4%	3º	1,8%	3º	3,7%	3º
Espanha	0,9%	4º	1,6%	4º	3,0%	4º

Fonte: EIU

Sem possibilidade de se apresentar uma análise dinâmica, mas dispondo de dados mais actuais, a CIA – The World Factbook indica que no ano de 2007, os principais países clientes da Venezuela e respectivas quotas, foram: EUA (42,7%), Antilhas Holandesas (8%) e a China (3,1%).

Para o período 2004/2007, relativamente aos principais países fornecedores da Venezuela, o EIU indica: os EUA vêm sendo, também, o principal fornecedor, com uma quota que apresenta ligeiras oscilações, tendo atingido 29,2%, em 2006. Também com ligeiras oscilações temos os 3 restantes fornecedores, que mantêm a mesma posição relativa durante estes três anos: a Colômbia e o Brasil ocupam as 2ª e 3ª posições e o México fica-se por ser o quarto fornecedor. Apesar de, por país, não se registarem alterações de monta, o conjunto destes quatro mercados foi responsável pelos fornecimentos de 51,7% do total das compras venezuelanas em 2004, por 57,8% em 2005 e por 52,8% em 2006; todos estes países apresentam maiores quotas de fornecimentos no ano de 2005, voltando todos eles a baixar as suas quotas em 2006, sendo que nos casos dos EUA e da Colômbia, as quotas ficaram ainda inferiores às registadas em 2004.

### Principais Fornecedores

Mercado	2004		2005		2006	
	quota	posição	quota	posição	quota	posição
EUA	29,9%	1ª	31,1%	1ª	29,2%	1ª
Colômbia	10,2%	2ª	10,9%	2ª	9,6%	2ª
Brasil	7,3%	3ª	9,0%	3ª	7,9%	3ª
México	4,3%	4º	6,8%	4º	6,1%	4º

Fonte: EIU

De novo, segundo a CIA – The World Factbook, tem-se que em 2007 os países principais fornecedores da Venezuela e respectivas quotas, foram: EUA (26,6%), Colômbia (13,5%), Brasil (9,5%), China (6,7%), México (5,2%) e o Panamá (5%).

A fonte oficial venezuelana ainda apresenta dados mais actualis: indica que no período Jan/Novembro de 2008 os principais clientes foram: EUA (31%), Colômbia (17,3%), México (6,2%) e Holanda (6,1%); já para o caso dos fornecedores e no período Jan/Fevereiro de 2009 tem-se: EUA (25,7%), Colômbia (16,2%), China (10,1%) e Brasil (7,8%).

No que se refere aos produtos exportados, o petróleo, em conjunto com o gás, representou em 2007, cerca de 90% do valor total exportado, ao que se acrescentam alguns outros produtos, mas com valores muito baixos, como são os casos da bauxite, do alumínio e do aço.

Nas compras ao exterior, as matérias-primas e os produtos intermédios representaram, em 2007, perto de 45% do total, tendo sido os que mais pesaram neste âmbito. Seguiram-se os bens de capital e os de consumo com, respectivamente, 31% e 24,5% do total. Em conjunto, o valor destes superou o das matérias-primas e dos produtos intermédios em cerca de 11%. Matérias-primas, máquinas e equipamentos, equipamento de transporte e materiais de construção são os produtos que encimam as importações venezuelanas.

#### Principais Produtos Transaccionados – 2007

Exportações / Sector	%	Importações / Sector	%
Petróleo e gás	90,4%	Mat. Primas e prod. intermédios	44,5%
Outros	9,6%	Bens de capital	31,0%
		Bens de consumo	24,5%

Fonte: EIU

Segundo os valores do comércio externo divulgados pelo Instituto Nacional de Estadística da Venezuela, temos os seguintes quadros resumo, sobre a evolução (2007/2008) do peso que recai quer no sector público, quer no sector privado, em ambos os fluxos:

#### Exportações da Venezuela/Sector

Exportações	Jan/Nov 2007	Jan/Nov 2008
Sector Público	44,8%	30,6%
Sector Privado	55,2%	69,4%

Fonte: Instituto Nacional de Estadística

#### Importações da Venezuela/Sector

Importações	Jan/Nov 2007	Jan/Nov 2008
Sector Público	10,1%	14,4%
Sector Privado	89,9%	85,6%

Fonte: Instituto Nacional de Estadística

Segundo informação do Banco Central da Venezuela e relativa ao ano de 2002, tinha-se então a seguinte repartição:

- para o caso das exportações, o sector público foi responsável por 75,5% e o sector privado por 24,5%;
- para o caso das importações, o sector público e o privado responderam por 12,8% e por 87,2% das compras, respectivamente.

### 2.3 Investimento

A Venezuela conta com bastantes atracções dirigidas aos investidores internacionais. É uma das maiores reservas de petróleo no mundo, tem grandes reservas de minérios e de metais nobres, uma localização privilegiada, uma extensa costa de mar e uma procura pelos mais diversos tipos de produtos que a indústria nacional não consegue suprir. Mas obstáculos de ordem prática fazem com que haja instabilidade nesta área, com o investimento bastante abaixo das possibilidades que o país oferece.

Durante estes últimos anos, os fluxos de investimento estrangeiro com a Venezuela têm registado algumas oscilações. Entre 2001 e 2004, tiveram lugar várias situações de maior dificuldade (época politicamente instável e clima macroeconómico volátil), que provocaram no seu conjunto, um nível de IDE mais baixo, tendo sido o ano de 2002 o mais penalizado.

Alguns sinais de recuperação fizeram-se sentir em 2005, acompanhando a tendência a nível mundial verificada nos fluxos do IDE, embora, neste caso, com valores ainda abaixo dos níveis conseguidos nos finais da década de 90.

#### Investimento Directo

(10 <sup>6</sup> USD)	2003	2004	2005	2006	2007
Investimento estrangeiro na Venezuela	2.040	1.483	2.589	-590	646
Investimento da Venezuela no estrangeiro	1.318	619	1.167	2.076	2.237
Posição no "ranking" mundial					
Como receptor	50 <sup>a</sup>	55 <sup>a</sup>	49 <sup>a</sup>	217 <sup>a</sup>	104 <sup>a</sup>
Como emissor	32 <sup>a</sup>	48 <sup>a</sup>	45 <sup>a</sup>	45 <sup>a</sup>	49 <sup>a</sup>

Fontes: EIU; UNCTAD - World Investment Report 2008

O montante de IDE caiu bruscamente em 2006 e segundo o Banco Central da Venezuela (BCV), tal situação ficou a dever-se, fundamentalmente, à remessa de excedentes financeiros, por parte das empresas privadas associadas da empresa estatal petrolífera PDVSA. Também por se ter tratado de um ano eleitoral, poderá ter contribuído para um menor valor de investimento estrangeiro, o que não significa que os investidores de outros países não continuem interessados no vasto potencial de petróleo e de gás

natural que a Venezuela possui (englobando o potencial na região da bacia do Orinoco). Em 2007 volta a verificar-se uma ligeira subida, embora continuando bastante abaixo das potencialidades que o país oferece.

Segundo o Banco Central da Venezuela, já dispomos de dados referentes ao ano de 2008, registando-se um acréscimo em ambos os fluxos, face a 2007: o investimento da Venezuela no estrangeiro foi de  $2.757 \times 10^6$  USD e o investimento estrangeiro na Venezuela alcançou o valor de  $1.716 \times 10^6$  USD, uma subida de 23% e de 166%, respectivamente.

O petróleo tem sido o principal sector de aplicação de capitais estrangeiros, seguido da banca e das telecomunicações. Os principais países investidores na Venezuela são os EUA, seguindo-se Espanha, França e Itália; ainda o Chile que se destaca na actividade florestal e o Canadá na actividade mineira. Também no que respeita ao investimento venezuelano no exterior, o principal sector de aplicação é o do petróleo.

Segundo notícias recentes, tal como já referido anteriormente, o Executivo está a trabalhar na reformulação das directrizes que passarão a reger o comércio interno e externo, tendo em vista a consolidação do socialismo, que se deverão efectivar a longo prazo. O Ministro da Economia anunciou que o plano está baseado em cinco directrizes concretas e um dos pontos que exigirá grande atenção por parte do Executivo é a área do investimento estrangeiro, só sendo bem vistos os investimentos produtivos que assegurem transferência de tecnologia para as respectivas indústrias. Para tal será necessário alterar a “Ley de Promoción y Protección de Inversiones de 1999”, assim como o regulamento do ano 2000. A *Superintendencia de Inversiones Extranjeras* será a entidade que controlará o cumprimento destes contratos, em várias ópticas.

## 2.4 Turismo

A Venezuela possui diversas potencialidades na área turística, algumas ainda relativamente pouco conhecidas, de modo a que essa mesma realidade possa, nessa mesma medida, projectar o sector. Com a sua tripla identidade - andina, amazónica e nas Caraíbas - a Venezuela oferece uma gama de productos turísticos multidestino.

Segundo o Ministério do Turismo (MINTUR), este sector cresceu cerca de 6,22% em 2008, quando comparado com 2007.

Como produtos de alta qualidade, merecem especial destaque: Canaima, o arquipélago de Los Roques (declarado Parque Nacional), o turismo ecológico e o de aventura. Também a Ilha Margarita – ilha com cerca de 420.000 habitantes – é um destino turístico muito procurado, contando com vários tipos de atracções. Outros destinos de interesse, dada a sua inegável beleza natural, carecem de infra-estruturas de apoio.

O Turismo de Negócios também apresenta oportunidades, como são os casos das grandes cidades de Caracas e Maracaibo, onde a oferta de bons hotéis não satisfaz a procura.

No que se refere aos turistas, o número de chegadas subiu aproximadamente 3% entre 2006/2007 e as receitas aumentaram 6,4%, passando para cerca de 817 milhões de USD em 2007. Muito embora os números não sejam muito elevados, se verificarmos a evolução entre 2003/2007, as chegadas cresceram 128,7% e as receitas 146,8%; de destacar, o aumento que se regista no rácio “receitas/chegadas”, cujo valor mais baixo se verificou em 2005 (920,5 USD) e o mais elevado em 2007 (1.060,2 USD), traduziu-se num acréscimo de cerca de 15%, em apenas 2 anos.

Segundo fontes locais, os EUA, a Colômbia, a Espanha e o Brasil foram os maiores emissores de turistas em 2007, representado no seu conjunto, 40% do total de turistas que visitaram a Venezuela. A Europa é um importante emissor no seu conjunto, embora em 2007 se tivessem verificado quebras de alguns mercados importantes, tais como: Itália, Alemanha, França, e Portugal (de referir que os emigrantes portugueses que vivem na Venezuela e que se estima sejam cerca de 400.000 poder ser o motivo desta alusão a Portugal).

#### Indicadores do Turismo

	2003	2004	2005	2006	2007
Turistas	336.974	486.401	706.103	747.930	770.567
Receitas (10 <sup>6</sup> USD)	331	477	650	768	817

Fonte: Ministerio del Poder Popular para el Turismo

Mas a Venezuela em termos de mercado emissor de turistas, tem números superiores aos registados na sua vertente de país receptor: assim, a evolução entre 2003/ 2007 foi de 832.495 saídas para 1. 409.841 (+ 69,3%). Os países mais visitados em 2007 foram: EUA (a grande distância dos restantes), Colômbia, Panamá e Espanha.

Para finalizar, de referir que existem múltiplas oportunidades de negócio para as empresas que oferecem serviços especializados ao visitante, tais como: observação de aves, observação de flora, granjas ecológicas, montanhismo, rafting, passeios de bicicleta à montanha, espeleología, artesanato, etc. Outra actividade importante é a formação profissional nesta área, concretamente dirigida à oferta de serviços (idiomas, conhecimentos sólidos, etc).

### 3. Relações Económicas com Portugal

#### 3.1 Comércio

Para Portugal, os fluxos comerciais com a Venezuela têm sido, ainda, pouco significativos, à excepção das importações verificadas no ano de 2006, ano em que a Venezuela foi o 34º país fornecedor de Portugal, atingindo uma quota de 0,40%.

Nos restantes anos do período em análise, a Venezuela mostra uma tendência para aumentar as suas compras a Portugal (em 2004 foi o nosso 74º país cliente e em 2008 foi o 46º cliente), sendo que, como fornecedor as variações registadas indicam alguma volatilidade do negócio.

#### Importância da Venezuela nos Fluxos Comerciais com Portugal

		2004	2005	2006	2007	2008
Como cliente	Posição	74 <sup>a</sup>	65 <sup>a</sup>	59 <sup>a</sup>	60 <sup>a</sup>	46 <sup>a</sup>
	%	0,03	0,04	0,05	0,04	0,13
Como fornecedor	Posição	78 <sup>a</sup>	90 <sup>a</sup>	34 <sup>a</sup>	87 <sup>a</sup>	41 <sup>a</sup>
	%	0,04	0,02	0,40	0,02	0,23

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

No âmbito do período em análise, a balança comercial entre os dois países tem sido maioritariamente desfavorável a Portugal. Somente em 2005 e em 2007 o saldo foi a nosso favor, com os coeficientes de cobertura a registarem grandes oscilações (variando entre o mínimo de 8,2% em 2006 e o máximo de 134,3% em 2007).

#### Evolução da Balança Comercial Bilateral

(10 <sup>3</sup> EUR)	2004	2005	2006	2007	2008	Var. <sup>a</sup> %	2008 Jan/Fev	2009 Jan/Fev	Var. <sup>b</sup> %
Exportação	9 511	12 067	17 347	16 260	51 129	70	4 432	8 253	86
Importação	16 738	10 890	211 349	12 112	140 466	693	574	10 541	1 737
Saldo	-7 226	1 177	-194 002	4 149	-89 338	--	3 858	-2 289	--
Coef. Cobertura (%)	56,8	110,8	8,2	134,3	36	--	772	78	--

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2004-2008;

(b) Taxa de crescimento homóloga

As exportações portuguesas para a Venezuela passaram de cerca de 9,5 milhões de euros em 2004 para, aproximadamente, 51,1 milhões de euros em 2008, tendo-se registado ao longo do período um crescimento médio anual de 70%; de acordo com os números do INE, passaram por uma fase de crescimento contínuo, à excepção do registo do ano 2007, cujo valor decresceu 6,3% face a 2006. Já de 2007/2008 o acréscimo das exportações cifrou-se em cerca de 214%.

No que concerne às importações portuguesas da Venezuela, podemos resumir assistindo-se a uma grande inconstância no respectivo fluxo: o seu valor passou de, aproximadamente, 16,7 milhões de euros em 2004, para cerca de 140,4 milhões de euros em 2008, sendo que em 2005 se registou um percurso em descida, para o ano de 2006 apresentar uma forte subida (211,3 milhões de euros) e logo seguida de uma abrupta quebra. Por outro lado em 2008 também apresenta um forte acréscimo, face a 2007, verificando-se uma taxa de crescimento média anual, durante este período, de 693%.

Já dispomos de estatísticas referentes aos valores do comércio bilateral ao longo de Janeiro/Fevereiro de 2009: as exportações alcançaram 8,253 milhões de euros e no período homólogo de 2008 atingiram 4,432 milhões de euros, significando um acréscimo de 86,2%; quanto às importações o valor registado foi de 10,541 milhões de euros, enquanto em 2008 foi de 574 mil euros, representando um acréscimo de 1.737%. O coeficiente de cobertura alcançou 78%, enquanto no mesmo período de 2008 foi de 772%. No que se refere aos respectivos produtos, só disponibilizamos daqueles que foram objecto de trocas em Janeiro, podendo adiantar-se que no que diz respeito às importações de 2009, os valores referem-se praticamente a combustíveis e no que se refere às exportações, destacam-se os recipientes para gases comprimidos/liquefeitos, as preparações e conservas de peixe, caviar e seus sucedâneos e massas alimentícias, mesmo cozidas ou recheadas.

Analisemos agora a evolução das exportações, ao longo do período 2004/2008.

#### Exportações por Grupos de Produtos

(10 <sup>3</sup> EUR)	2004	%	2007	%	2008	%
Produtos agrícolas	4.785	50,3	4.202	25,8	28.713	56,2
Máquinas e aparelhos	906	9,5	2.466	15,2	6.377	12,5
Produtos alimentares	778	8,2	1.532	9,4	5.062	9,9
Metais comuns	1.197	12,6	2.336	14,4	3.052	6,0
Minerais e minérios	131	1,4	1.097	6,7	1.558	3,0
Matérias têxteis	220	2,3	1.643	10,1	1.324	2,6
Madeira e cortiça	386	4,1	851	5,2	965	1,9
Plásticos e borracha	222	2,3	487	3,0	838	1,6
Veículos e outro material de transporte	32	0,3	106	0,6	684	1,3
Produtos químicos	333	3,5	334	2,1	538	1,1
Calçado	85	0,9	191	1,2	185	0,4
Vestuário	83	0,9	199	1,2	139	0,3
Pastas celulósicas e papel	146	1,5	57	0,4	67	0,1
Instrumentos de óptica e precisão	1	0,0	6	0,0	17	0,0
Peles e couros	1	0,0	2	0,0	6	0,0
Combustíveis minerais	0	0,0			5	0,0
Outros produtos	206	2,2	571	3,5	523	1,0
Valores confidenciais			181	1,1	1.076	2,1
<b>Total</b>	<b>9.511</b>	<b>100,0</b>	<b>16.260</b>	<b>100,0</b>	<b>51.129</b>	<b>100,0</b>

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Notas: A informação referente a 2007 e 2008 encontra-se corrigida dos valores correspondentes às operações abrangidas pelo segredo estatístico, agregando-se o respectivo montante na parcela “Valores confidenciais”

Os principais grupos de produtos relativos às exportações portuguesas para a Venezuela, em 2008, foram os produtos agrícolas, máquinas e aparelhos, produtos alimentares e metais comuns,

representando no seu conjunto mais de 84% do total exportado. Cada um dos restantes grupos de produtos regista um peso inferior a 6%, sobre o valor global das exportações.

À excepção das pastas celulósicas e de papel, todos os grupos de produtos registaram acréscimos significativos nos valores de exportação, quando comparamos 2004/2008. Se nos referirmos aos 4 principais grupos em 2008, temos os seguintes aumentos:

- Prod. agrícolas – + 500%
- Máquinas e aparelhos – + 604%
- Prod. Alimentares – + 551%
- Metais Comuns – + 155%

Quanto às importações, a evolução do valor registado entre 2004/2008 apresenta uma subida de 739%, tendo-se ficado a dever, acima de tudo, ao grande acréscimo nas importações dos combustíveis (1.667%), produto que representa cerca de 96,4%, do total importado da Venezuela, em 2008.

#### Importações por Grupos de Produtos

(10 <sup>3</sup> EUR)	2004	%	2007	%	2008	%
Combustíveis minerais	7.662	45,8	2.974	24,6	135.400	96,4
Produtos agrícolas	978	5,8	1.963	16,2	2.002	1,4
Produtos alimentares	285	1,7	303	2,5	628	0,4
Minerais e minérios	120	0,7	153	1,3	482	0,3
Plásticos e borracha	2	0,0	40	0,3	246	0,2
Produtos químicos	237	1,4	297	2,4	176	0,1
Peles e couros	78	0,5	157	1,3	83	0,1
Veículos e outro material de transporte	50	0,3	3	0,0	12	0,0
Máquinas e aparelhos	527	3,2	10	0,1	9	0,0
Matérias têxteis	15	0,1	4	0,0	3	0,0
Metais comuns	6.142	36,7	5.504	45,4	2	0,0
Vestuário	7	0,0	0	0,0	1	0,0
Instrumentos de óptica e precisão	2	0,0	1	0,0	1	0,0
Pastas celulósicas e papel	6	0,0	3	0,0	1	0,0
Calçado	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Madeira e cortiça	1	0,0	19	0,2	0	0,0
Outros produtos	624	3,7	681	5,6	70	0,0
Valores confidenciais					1.350	1,0
<b>Total</b>	<b>16.738</b>	<b>100,0</b>	<b>12.112</b>	<b>100,0</b>	<b>140.466</b>	<b>100,0</b>

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Notas: A informação referente a 2007 e 2008 encontra-se corrigida dos valores correspondentes às operações abrangidas pelo segredo estatístico, agregando-se o respectivo montante na parcela "Valores confidenciais"



Os produtos agrícolas são o segundo grupo mais importado, cujo peso sobre o total das importações não vai além de 1,4%, dos quais se destacam as tâmaras, figos, ananases ou abacaxis, mangas e mangostões, frescos ou secos. Uma miríade de outros produtos ainda se importa, mas de valores irrisórios; merece destaque o grande decréscimo registado nas importações de metais comuns, ao longo de período em análise.

### 3.2 Serviços

De acordo com os dados do Banco de Portugal, a balança de serviços apresenta regularmente um forte saldo favorável a Portugal. Enquanto as exportações tiveram uma média de crescimento anual de 50,5%, a das importações ficou-se por cerca de 12%, relativamente ao período 2004/2008. Se nos detivermos à evolução de 2007/2008 as exportações cresceram 26% e as importações 30%.

#### Balança de Serviços entre Portugal e a Venezuela

(10 <sup>3</sup> EUR)	2004	2005	2006	2007	2008	Var. <sup>a</sup>
Exportações	28.301	57.244	69.891	103.784	131.060	50,5%
Viagens e Turismo	10.309	27.061	38.403	68.769	80.140	75%
Importações	9.293	16.082	9.305	8.704	11.272	12,1%
Viagens e Turismo	1.220	2.229	2.323	1.678	2.107	21,2%
Saldo Total	19.008	41.162	60.586	95.147	119.788	-
Saldo Viagens e Turismo	9.089	24.832	36.080	67.091	78.033	-
Coef. Cob	304,5%	356,0%	751,1%	1192,4%	1162,7%	-
% Export. Total <sup>b</sup>	0,24%	0,47%	0,49%	0,62%	0,75%	-
% Import. Total <sup>b</sup>	0,12%	0,19%	0,10%	0,08%	0,10%	-

Fonte: Banco de Portugal

Nota: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2004-2008

(b) Em percentagem do total das exportações / Importações globais portuguesas de serviços

Entre os vários tipos de serviços, temos disponíveis os valores que se referem a Viagens e Turismo, cujas taxas médias anuais de crescimento (75% e 21,2%) superam, em ambos os fluxos, as taxas verificadas nos serviços, na sua globalidade (50,5% e 12,1%). Também não é de estranhar os elevados valores das exportações, quando comparados com as importações, tendo em conta as deslocações que se efectuam da Venezuela para Portugal de um elevado número de emigrantes portugueses que vivem naquele país.

Sem possibilidades de comparação com o período homólogo, temos a indicação de que nesta área, para os meses de Jan./Fev. de 2009, as exportações atingiram 16.289 mil euros e as importações 1.359 mil euros.

### 3.3 Investimento

Os fluxos de investimento bilaterais Portugal/Venezuela são de reduzida importância, com baixos rankings e baixas quotas de mercado.

Os rankings alcançados por Portugal (2004/2008), como país receptor de investimento venezuelano, não têm registado grandes oscilações e as quotas são irrelevantes.

Na óptica de Portugal como país emissor de investimento, assinalam-se várias oscilações, embora o ano de 2006 tenha sido aquele que conseguiu um melhor posicionamento (a Venezuela foi o 36º país destino de IDPE). De anotar que em termos percentuais e ao longo destes 5 anos, o valor do investimento português na Venezuela nunca teve significado, representando percentagens rondando os 0,0%, face ao total do investimento português no estrangeiro.

#### Importância da Venezuela nos Fluxos de Investimento para Portugal

		2004	2005	2006	2007	2008
Portugal como receptor (IDE)	Posição	41º	44º	42º	45º	49º
	% <sup>a</sup>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Portugal como emissor (IDPE)	Posição	53º	66º	36º	58º	61º
	% <sup>a</sup>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Banco de Portugal

Nota: (a) - sobre o investimento bruto

Os valores do quadro abaixo traduzem o facto do investimento venezuelano em Portugal ser pouco significativo; o valor mais elevado do investimento bruto registou-se em 2007, sendo que nunca se registaram valores de desinvestimento que originassem um investimento líquido negativo (em 2004 o valor do desinvestimento foi nulo). Assinale-se, contudo, uma taxa de crescimento 2007/2008 negativa.

Os dados já disponíveis de 2009 (Jan/Fev), se comparados com o mesmo período de 2008, registam uma diferença assinalável no valor relativamente elevado do desinvestimento (trata-se de um período de 2 meses), dando origem ao investimento líquido 69% mais baixo que o de 2008.

#### Investimento Directo da Venezuela em Portugal

(10 <sup>3</sup> EUR)	2004	2005	2006	2007	2008	Var. <sup>a</sup>	2008 Jan/Fev	2009 Jan/fev
Investimento bruto	1.221	1.678	2.145	2.696	2.221	-17,6%	177	165
Desinvestimento	0	309	759	333	90	-72,9%	0	110
Investimento líquido	1.221	1.368	1.385	2.362	2.130	--	177	55

Fonte: Banco de Portugal

Nota: (a) Taxa de variação homóloga 2008/2007

Os valores do Investimento Directo Português (IDP) na Venezuela também são reduzidos, embora se verifique uma taxa média de variação anual relativamente elevada (629,1%). O ano de 2006 foi aquele que se destacou por atingir valores mais elevados (tanto no investimento bruto, como no investimento líquido), destacando-se o ano de 2005 pela negativa, com um investimento líquido negativo, em resultado de um investimento bruto muito baixo e de um elevado desinvestimento (nestes 5 anos, 2005 foi o ano em que se registou um valor mais elevado no desinvestimento).

No que se refere aos valores relativos ao período Jan./Fev. de 2009, quando comparados com período homólogo de 2008, mostram um decréscimo no investimento bruto (-81,4%), além de um elevado desinvestimento, originando o investimento líquido negativo.

#### Investimento Directo de Portugal na Venezuela

(10 <sup>3</sup> EUR)	2004	2005	2006	2007	2008	Var. <sup>a</sup>	2008 Jan/Fev	2009 Jan/Fev
Investimento bruto	740	171	4.767	1.374	1.033	629,1%	280	52
Desinvestimento	45	729	40	136	96	406,5%	0	103
Investimento líquido	695	-558	4.727	1.238	936	--	280	-51

Fonte: Banco de Portugal

Nota: (a) Média aritmética das taxas de variação anuais no período 2004-2008

### 3.4 Turismo

Não existem dados disponíveis em fontes de informação nacionais, que nos permitam fazer uma análise dos fluxos relativos ao Turismo dos venezuelanos para Portugal.

## 4. Relações Internacionais e Regionais

A Venezuela é membro do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) e da Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências especializadas, de entre as quais se destacam o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Integra a Organização Mundial de Comércio (OMC) desde 1 de Janeiro de 1995.

A nível regional, este país aderiu em Julho de 2006 ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), embora ainda não seja membro de pleno direito (aguarda-se a ratificação do respectivo Protocolo de Adesão por todos os Estados-membros). A Venezuela também faz parte da Associação dos Estados do Caribe (AEC), do Sistema Económico Latino-Americano e do Caribe (SELA), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Alternativa Bolivariana para a América Latina e Caribe (ALBA). De destacar, ainda, o Acordo de Cooperação Energética (Petrocaribe) e o relacionamento bilateral com a União Europeia.

O MERCOSUL, cujos membros fundadores são o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, (a Bolívia, o Chile, a Colômbia, o Equador e o Perú têm estatuto de membros associados) e aos quais se juntou, em Julho de 2006, a Venezuela, foi criado em 26 de Março de 1991, pelo Tratado de Assunção e traduz-se, em termos gerais, num projecto de integração sub-regional, que visa promover o progresso económico e social entre os seus membros, através da constituição gradual de um Mercado Comum.

Actualmente, o MERCOSUL encontra-se, ainda, numa etapa do processo de integração definida como União Aduaneira, cujo objectivo final é evoluir para a condição de Mercado Comum, compreendendo não só o livre comércio entre os países membros e a aplicação da Tarifa Externa Comum (TEC) face a países terceiros, mas, também, a livre circulação dos factores de produção – capital e trabalho.

Estabelecida em 1994, através de Convenção, a AEC, tem por objectivos incentivar a cooperação e a concertação de acções de diversa natureza com vista ao desenvolvimento sustentável de todos os Estados do Caribe (composta por 26 membros).

O SELA, formado por 27 países, foi criado em 1975 com a finalidade de acelerar o desenvolvimento económico e social dos seus membros, através da cooperação intra-regional e do estabelecimento de um sistema permanente de consulta e coordenação em assuntos de natureza económica e social.

Por sua vez, a OEA/OAS, instituída em 1948 pelas 35 nações do hemisfério ocidental, tem por objectivos promover práticas de boa gestão governamental, fortalecer os direitos humanos, incentivar a paz e a segurança, expandir o comércio, e encontrar soluções para os problemas provenientes da pobreza, drogas e corrupção entre os “povos das Américas”.

A ALBA, fundada em Havana em 14 de Dezembro de 2004, por Cuba e pela Venezuela (de que são membros também a [Bolívia](#), a [Nicarágua](#), [Dominica](#) e as [Honduras](#), com a possibilidade de entrada do [Equador](#) e [São Vicente e Granadinas](#)), visa a integração entre os povos da [América Latina](#) e [Caribe](#), através da constituição de um mercado comum de modelo socialista (contrapondo-se à [Área de Livre Comércio das Américas](#) - ALCA - defendida pelos [Estados Unidos](#)).

De referir, ainda, o Acordo de Cooperação Energética (Petrocaribe) entre a Venezuela e alguns países do Caribe (Junho de 2005), com o objectivo de ultrapassar as assimetrias no acesso aos recursos energéticos por parte daqueles países, através de esquemas favoráveis de intercâmbio na aquisição de petróleo – <http://iicumbrepetrocaribe.menpet.gob.ve/>.

No que respeita ao relacionamento com a União Europeia, o quadro legal está vertido, fundamentalmente, no Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação Mercosul/UE, assinado em Dezembro de 1995 e em vigor desde Julho de 1999. Com este instrumento pretende-se o aprofundamento das relações entre as partes e a preparação das condições para a criação de um Acordo de Associação Inter-Regional que incluirá a liberalização do comércio de bens e serviços, de acordo com as regras da OMC, entre outras matérias no domínio económico, técnico, político, institucional e cultural.

Importa também mencionar que a UE financia medidas destinadas a promover a cooperação com os países, territórios e regiões em desenvolvimento. Assim, o *Regulamento n.º 1905/2006, de 18 de Dezembro*, institui um instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento com aplicação entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013.

Para a América Latina (a Venezuela consta dos países elegíveis) a assistência comunitária incide especialmente nos seguintes domínios de cooperação:

- Promoção da coesão social (luta contra a pobreza, a desigualdade e a exclusão);
- Promoção de uma maior integração regional;
- Apoio ao reforço da boa governação e das instituições públicas, bem como da protecção dos direitos do homem;
- Apoio à criação de um espaço comum UE- América Latina do ensino superior;
- Promoção do desenvolvimento sustentável, em todas as suas dimensões, com especial atenção à protecção da floresta e à diversidade biológica.

## 5. Condições Legais de Acesso ao Mercado

### 5.1 Regime Geral de Importação

Não obstante alguma abertura em termos de comércio externo, na sequência da adesão da Venezuela ao GATT/OMC, o Governo tem vindo a implementar, recentemente, uma série de medidas de protecção de alguns sectores nacionais sensíveis: acréscimo de direitos aduaneiros sobre certos bens; estabelecimento de quotas/contingentes; e publicação de diversificada regulamentação técnica sanitária e fitossanitária.

Regra geral, as mercadorias são importadas livremente sem necessidade de licenciamento prévio, com excepção de algumas que, por razões de saúde e segurança nacionais, estão sujeitas a autorização. Muitos produtos agrícolas estão submetidos a quotas de importação, por sua vez os produtos farmacêuticos, os cosméticos e os bens alimentares necessitam de obter registo junto do Ministério da Saúde.

De registar, também, que a Venezuela tem em vigor um sistema de controlo cambial (centralizado no Banco Central e coordenado pela Comissão de Administração de Divisas - CADIVI) que afecta os importadores na medida em que necessitam de obter divisas em dólares para efectuar os pagamentos das transacções realizadas. Neste contexto, cabe ao Banco Central aprovar as quotas em divisas, sendo

elaboradas, por intervenção ministerial, listas periódicas dos bens e serviços prioritários. Este sistema tem tido um impacto negativo ao nível das exportações comunitárias para este país.

No que concerne aos direitos aduaneiros a média situa-se nos 12,2%, com a taxa máxima de 20%. Alguns produtos, considerados de luxo, estão sujeitos a taxas mais elevadas. Sobre as importações incidem, ainda, IVA à taxa de 12% e uma taxa alfandegária (**CUF**) no valor de 1%.

As tarifas aplicadas na entrada de produtos na Venezuela podem ser consultadas na página «Market Access Database», da responsabilidade da União Europeia – <http://mkaccdb.eu.int> (clicar em «Tariffs Applied Database»).

De mencionar, também, que através do Protocolo de Adesão ao Mercosul (publicado a 19 de Julho de 2006, na Gaceta Oficial n.º 38.482), a Venezuela viu consagrados os seguintes períodos transitórios:

- Eliminação total de direitos aduaneiros e restrições entre os Estados-membros até 2013, com excepção dos produtos sensíveis (01.01.2014);
- Adopção, num período máximo de 4 anos, da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), baseada no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH), momento a partir do qual passará a aplicar, na maioria dos produtos importados de países terceiros, o mesmo nível de direitos alfandegários que os restantes parceiros – Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul.

A UE e o Mercosul estão em negociações com vista à eliminação das barreiras tarifárias, no âmbito do Acordo Inter-Regional de Cooperação entre os dois blocos, assinado em Dezembro de 1995, sem que no entanto haja data prevista para a conclusão das mesmas.

## 5.2 Regime de Investimento Estrangeiro

Com o objectivo de defender e implementar uma política económica mais competitiva e orientada para a promoção das exportações, o Governo da Venezuela reduziu a maior parte dos obstáculos com que se deparavam os promotores estrangeiros que pretendiam investir neste mercado.

Assim, o quadro legal em vigor (Decreto Regulamentar n.º 2.095, de 1992) consagra:

- O princípio da não discriminação entre investidores estrangeiros e nacionais, traduzido na igualdade de tratamento por parte das autoridades públicas;
- A garantia do tratamento da cláusula de Nação Mais Favorecida;
- O livre acesso a quase todos os sectores da economia, com excepção dos meios de comunicação social (televisão, rádio e revistas) em língua castelhana e do exercício de determinadas profissões reguladas por legislação específica (médicos, advogados, etc.);

- O direito de transferência de capitais para o exterior, assim como dos lucros resultantes da venda de acções, participações, ou da venda de empresas;
- A liberdade de contratação de trabalhadores, nacionais e estrangeiros;
- A possibilidade de celebração de Contratos de Estabilidade Jurídica (procuram garantir a estabilização das condições económicas durante a sua vigência, tais como regimes tributários e de promoção das exportações, benefícios e incentivos, etc.).

No que respeita à tramitação e formalidades, a realização dos investimentos não está sujeita a autorização prévia (com excepção de situações expressamente previstas na lei, genericamente relacionadas com a segurança fronteiriça, defesa, zonas circundantes de instalações militares, orla marítima e margens de lagos ou rios, que carecem de autorização do Ministro da Defesa), bastando o mero registo à *posteriori* a solicitar junto da “*Superintendencia de Inversiones Extranjeras*” (SIEX), no prazo de 60 dias a contar da inscrição da empresa constituída (de acordo com o direito das sociedades venezuelano) no registo comercial que está na origem da operação de investimento.

Finalmente, o referido Decreto ainda regula os contratos de transferência de tecnologia, o uso de marcas e patentes.

Conforme já foi referido, cabe à SIEX, entre outras atribuições: registar as operações directas de investimento; registar os contratos sobre importação de tecnologia, marcas e patentes; e propor, junto do Ministério das Finanças, as medidas de política económica consideradas relevantes na sua área de actuação.

Por sua vez, o Decreto n.º 356, relativo à promoção dos investimentos visa dotar estas operações de um instrumento jurídico estável que permita o respectivo desenvolvimento num clima de segurança. Este diploma possibilita que a Venezuela celebre Acordos com países terceiros contendo disposições que ofereçam uma protecção mais ampla aos investimentos do que a genericamente prevista, bem como mecanismos de protecção distintos dos consagrados na lei geral.

Neste contexto, importa referir que foi celebrado, com Portugal, o Acordo sobre a Promoção Mútua de Investimentos, em vigor desde 11 de Maio de 1995.

Não obstante a redução dos obstáculos, as empresas localizadas neste país deparam-se ainda com algumas dificuldades: atraso no repatriamento de lucros e dividendos resultante de restrições no acesso a divisas; debilidade do sistema judicial (ex.: alguma incapacidade na aplicação de decisões judiciais) e incerteza jurídica (ex.: medidas tomadas unilateralmente pelo Estado que podem afectar interesses privados - expropriações e nacionalizações); insegurança ao nível da fiscalidade em resultado da criação e extinção de impostos com grande frequência; complexidade do sistema legal dada a proliferação legislativa; e elevados custos de funcionamento para as empresas que, no seu dia a dia, têm que fazer face a uma grande número de formalidades legais (ex.: permissões, autorizações e registos).

No que respeita aos incentivos, a legislação prevê o acesso por parte dos promotores dos projectos a apoios na área da qualificação dos recursos humanos, do desenvolvimento produtivo e da inserção do país na economia mundial. O “*Consejo Nacional de Promoción de Inversiones*” ([www.conapri.org](http://www.conapri.org)) também promove políticas de incentivos para os investimentos em regiões e sectores específicos.

Assim, estão previstos incentivos fiscais gerais para:

- Indústrias, serviços e empresas de investigação – redução de 10% do Imposto sobre o Rendimento para novos investimentos;
- Empresas *trading* – restituição do IVA suportado nas operações para exportação;
- Turismo e agricultura – redução (significativa) das despesas envolvidas em novos investimentos (custos com infra-estruturas, entre outros);
- Zonas Francas, Portos Livres e das Zonas Livres – regimes especiais de natureza fiscal ou alfandegária.

Actualmente, existem 2 Zonas Francas (“Paraguaná” e “Atuja”), 2 Portos Livres (“Santa Elena de Uairén” e “Nueva Esparta”), assim como 2 Zonas Livres (“Zona Libre Cultural, Científica y Tecnológica del Estado Mérida” e a “Zona Libre para el Fomento de la Inversión Turística de la Península de Paraguaná”).

No comércio existem vários benefícios aduaneiros, nomeadamente, o direito à restituição das taxas alfandegárias cobradas na importação, para as empresas que efectuem operações de Regime de Aperfeiçoamento Activo (regime aduaneiro que permite a transformação de mercadorias introduzidas no país, com reembolso dos direitos aduaneiros, quando da exportação das mesmas sobre a forma de produtos compensadores).

De modo a reforçar o desenvolvimento das relações de investimento entre Portugal e a Venezuela, foi celebrada a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Respectivo Protocolo, em vigor desde 8 de Janeiro de 1998.

Mais recentemente, e com o objectivo de promover as relações políticas, económicas e sociais bilaterais, e estabelecer uma cooperação reforçada em sectores de interesse comum, principalmente no sector energético, foi assinado entre Portugal e a Venezuela o Acordo Complementar ao Acordo Quadro de Cooperação em Matérias de Cooperação Económica e Energética que entrou em vigor a 2 de Novembro de 2008.



## 5.3 Quadro Legal

### Regime de Importação

- *Providência n.º 89, de 4 de Agosto de 2008 (Ministério das Finanças)* – Regula os requisitos e a tramitação para a aquisição de divisas destinadas às importações previstas no Decreto n.º 6168, de 2008.
- *Decreto n.º 6168, de 23 de Junho de 2008* – Estabelece prazos para a obtenção de autorização de aquisição de divisas destinadas às importações.
- *Decreto n.º 2.492, de 4 de Julho de 2003* – Regulamenta a Lei das Zonas Francas.
- *Decreto n.º 150, de 25 de Maio de 1999* – Define a estrutura aduaneira do país, visando facilitar e controlar a entrada, permanência e saída de mercadorias do território nacional.
- *Lei das Zonas Francas (Gaceta Oficial n.º 34.772, de 8 de Agosto de 1991)* – Estabelece o funcionamento das zonas francas no país.
- *Regulamento Geral dos Alimentos (Gaceta Oficial n.º 25.864, de 16 de Janeiro de 1959)* – Define regras relativas à fabricação, importação, exportação, armazenagem, venda e consumo de produtos alimentares.

### Regime de Investimento Estrangeiro

- *Decreto n.º 356, de 3 de Outubro de 1999, relativo à Promoção e Protecção dos Investimentos (Gaceta Extraordinaria n.º 5.390, de 22 de Outubro de 1999)* – Visa fomentar o investimento nacional e estrangeiro.
- *Decreto n.º 126, de 5 de Maio de 1999* – Estabelece o Imposto sobre o IVA.
- *Lei das Privatizações (Gaceta Extraordinaria n.º 5.199, de 30 de Dezembro de 1997)* – Regula o processo de privatização de bens ou serviços do sector público.
- *Lei do Trabalho (Gaceta Oficial n.º 5.152, de 19 de Junho de 1997)* – Define as relações jurídicas laborais.
- *Decreto Regulamentar n.º 2.095, de 13 de Fevereiro de 1992, sobre o Regime Comum de Tratamento dos Capitais Estrangeiros e sobre Marcas, Patentes e Licenças (Gaceta Oficial n.º 34.930, de 25 de Março de 1992)* – Regulamenta as normas relativas ao regime de investimento estrangeiro na Venezuela. Paralelamente regula, também, os contratos de transferência de tecnologia e o uso de marcas e patentes.

## Acordos Relevantes

- *Decreto n.º 207/2008, de 15 de Outubro* – Aprova o Acordo Complementar ao Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Cooperação Económica e Energética entre Portugal e a Venezuela.
- *Decreto n.º 31-B/2008, de 3 de Outubro* – Aprova o Acordo Complementar ao Acordo Quadro de Cooperação no Domínio do Turismo entre Portugal e a Venezuela.
- *Resolução da Assembleia da República n.º 68/97, de 5 de Dezembro* – Aprova a Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e respectivo Protocolo entre Portugal e a Venezuela.
- *Decreto n.º 6/95, de 15 de Abril* – Aprova o Acordo sobre a Promoção Mútua de Investimentos entre Portugal e a Venezuela.

Para mais informação legislativa sobre mercados externos, consulte o Site da aicep Portugal Global em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/SobreMercadosExternos/Paginas/SobreMercadosExternos.aspx>

## Regime de Investimento Estrangeiro

- *Decreto n.º 356, de 3 de Outubro de 1999, relativo à Promoção e Protecção dos Investimentos (Gaceta Extraordinaria n.º 5.390, de 22 de Outubro de 1999)* – Visa fomentar o investimento nacional e estrangeiro.
- *Decreto n.º 126, de 5 de Maio de 1999* – Estabelece o Imposto sobre o IVA.
- *Lei das Privatizações (Gaceta Extraordinaria n.º 5.199, de 30 de Dezembro de 1997)* – Regula o processo de privatização de bens ou serviços do sector público.
- *Lei do Trabalho (Gaceta Oficial n.º 5.152, de 19 de Junho de 1997)* – Define as relações jurídicas laborais.
- *Decreto Regulamentar n.º 2.095, de 13 de Fevereiro de 1992, sobre o Regime Comum de Tratamento dos Capitais Estrangeiros e sobre Marcas, Patentes e Licenças (Gaceta Oficial n.º 34.930, de 25 de Março de 1992)* – Regulamenta as normas relativas ao regime de investimento estrangeiro na Venezuela. Paralelamente regula, também, os contratos de transferência de tecnologia e o uso de marcas e patentes.

## Acordos Relevantes

- *Decreto n.º 207/2008, de 15 de Outubro* – Aprova o Acordo Complementar ao Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Cooperação Económica e Energética entre Portugal e a Venezuela.
- *Decreto n.º 31-B/2008, de 3 de Outubro* – Aprova o Acordo Complementar ao Acordo Quadro de Cooperação no Domínio do Turismo entre Portugal e a Venezuela.
- *Resolução da Assembleia da República n.º 68/97, de 5 de Dezembro* – Aprova a Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e respectivo Protocolo entre Portugal e a Venezuela.
- *Decreto n.º 6/95, de 15 de Abril* – Aprova o Acordo sobre a Promoção Mútua de Investimentos entre Portugal e a Venezuela.

Para mais informação legislativa sobre mercados externos, consulte o Site da aicep Portugal Global em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/SobreMercadosExternos/Paginas/SobreMercadosExternos.aspx>

## 6. Informações Úteis

### Formalidades na Entrada

- Passaporte válido por um período de 6 meses, exigido a todos os visitantes, sem necessidade de visto por um período de estada não superior a 90 dias;
- Bilhete de ida e volta.

### Riscos de Crédito e Caução e do Investimento Nacional no Estrangeiro

A COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, S.A. gere, por conta do Estado português, a garantia de cobertura de riscos de crédito e caução e do investimento nacional no estrangeiro, originados por factos de natureza política, monetária e catastrófica.

No contexto das Políticas de Cobertura para Mercados de Destino das Exportações Portuguesas, apólice individual, a cobertura para o mercado da Venezuela é a seguinte (Junho de 2009):

Curto prazo:

Cientes públicos: Aberta caso a caso com eventual exigência de garantia de transferência ou soberana.

Cientes privados: Aberta caso a caso com eventual exigência de carta de crédito irrevogável e/ou garantia de transferência.

Médio e longo prazo: Aberta caso a caso com exigência de garantia soberana.

Indicações mais pormenorizadas sobre políticas e condições de cobertura podem ser obtidas junto da Direcção Internacional da COSEC.

#### Hora Local

Em relação ao meridiano de Greenwich, a diferença é de - 4 h 30 m.

#### Horários de Funcionamento

##### Serviços Públicos:

8h30-12h00/14h00-16h30

(segunda a sexta-feira)

##### Bancos:

8h30-15h30

(segunda a sexta-feira)

##### Comércio:

8h00-18h00

#### Ferriados

##### Datas fixas:

01 de Janeiro – Dia de Ano Novo

02 de Fevereiro – Aniversário da Presidência de Hugo Chavez

19 de Abril – Declaração da Independência

01 de Maio – Dia do Trabalhador

24 de Junho – Dia da Batalha de Carabobo

05 de Julho – Dia da Independência

24 de Julho – Nascimento de Simón Bolívar

12 de Outubro – Dia de Colombo

25 de Dezembro – Dia de Natal

##### Datas móveis:

Segunda e Terça-feira de Carnaval

Quinta e Sexta-feira Santa – Semana Santa

#### Corrente Eléctrica

110 volts AC

#### Pesos e Medidas

É utilizado o sistema métrico decimal.

## 7. Endereços Diversos

### Em Portugal

Embaixada da República da Venezuela em Portugal  
Avenida Duque de Loulé, nº 47- 4º  
1050-086 Lisboa – Portugal  
Tel.: (+351) 213 573 803 | Fax: (+351) 213 527 421  
E-mail: [embavenez@mail.telepac.pt](mailto:embavenez@mail.telepac.pt)

Consulado Geral da Venezuela  
Rua Rodrigo da Fonseca, nº 82-1º E  
1250-193 Lisboa – Portugal  
Tel.: (+351) 213 861 567 | Fax: (+351) 213 861 648

**aicep** Portugal Global, Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE  
O' Porto Bessa Leite Complex  
Rua António Bessa Leite, 1430, 2º  
4150-074 Porto – Portugal  
Tel.: (+351) 226 055 300 | Fax: (+351) 226 055 399  
E-mail: [aicep@portugalglobal.pt](mailto:aicep@portugalglobal.pt) | <http://www.portugalglobal.pt>

**aicep** Portugal Global, Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE  
Av. 5 de Outubro, 101  
1050-051 Lisboa – Portugal  
Tel.: (+351) 217 909 500 | Fax: (+351) 217 909 581  
E-mail: [aicep@portugalglobal.pt](mailto:aicep@portugalglobal.pt) | <http://www.portugalglobal.pt>

COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, SA  
Direcção Internacional  
Av. da República, 58  
1069-057 Lisboa – Portugal  
Tel.: (+351) 217 913 821 | Fax: (+351) 217 913 839  
E-mail: [international@cosec.pt](mailto:international@cosec.pt) | <http://www.cosec.pt>

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo  
Rua da Alfândega, n.º 5  
1149-006 Lisboa – Portugal  
Tel.: (+351) 218 813 700 | Fax: (+351) 218 813 818  
<http://www.dgaiec.min-financas.pt>

Câmara de Comércio Luso-Venezuelana (Associação de Amizade e Cooperação)  
Praça Duque Saldanha, 12  
1050-094 Lisboa – Portugal  
Tel.: (+351) 213 543 613 | Fax: (+351) 213 543 616

#### Na Venezuela

Embaixada de Portugal em Caracas  
Chancelaria:  
Torre La Catellana, Piso 3  
Avenida Eugenio Mendoza, Cruce con Calle José Angel Lamas  
Urbanización La Catellana - Caracas – Venezuela  
Tel.: (+58) 212 2630468 / 2632529 / 2638053 | Fax: (+58) 212 2679766  
E-mail: [embajadaportugal@cantv.net](mailto:embajadaportugal@cantv.net)

Consulado Geral de Portugal em Caracas  
Av. de Campo Alegre 2ª  
1060 Caracas – Venezuela  
Tel.: (+58) 212 264 0547/267 2382 | Fax: (+58) 212 2667052  
E-mail: [mail@caracas.dgaccp.pt](mailto:mail@caracas.dgaccp.pt)

Consulado Geral de Portugal em Valência  
Redoma del Indio, Urbanización Carabobo Calle 148, nº 101-27 ,  
Valência, Estado Carabobo – Venezuela  
Tel.: (+58) 24 182 399 69/182 387 89 | Fax: (+58) 24 182 359 53  
E-mail: [mail@cgval.dgaccp.pt](mailto:mail@cgval.dgaccp.pt)

**aicep** Portugal Global – Caracas  
Embaixada de Portugal em Caracas  
Av. Eugénio Mendoza, c/ calle José Ángel Lamas  
Torre La Castellana, piso 3  
Urb. La Castellana - Caracas  
Tel.: (+58) 212 265 45 39/263 80 53 | Fax: (+58) 212 266 49 08  
E-mail: [carlos.pinto@portugalglobal.pt](mailto:carlos.pinto@portugalglobal.pt) | <http://www.portugalglobal.pt>

Camara Venezolana Portuguesa de Comercio, Industria, Turismo Y Afines  
Edificio Rey David. Avenida Alfredo Jahn con Avenida Andrés Bello.  
Urbanización Los Palos Grandes  
1060 Caracas - Venezuela  
Tel. / Fax: (+58) 212 2855383  
E-mail: [cavenport@gmail.com](mailto:cavenport@gmail.com) | <http://www.cavenport.org.ve/index.php>

Centro Português de Caracas

Av. Luis de Camões - Entrada Urbanizacion Maracuay - Apartado 67179

1061 Caracas – Venezuela

Tel.: (+58) 212 985 46 11 | Fax: (+58) 212 9850483

E-mail: [info@centroportugues.com](mailto:info@centroportugues.com) | <http://www.centroportugues.com>

Bolsa de Valores de Caracas, CA

Edif. Atrium, Nivel C-1

Calle Sorocaima entre Avdas Tamanaco y Venezuela, Urb. El Rosal, Apdo 62724-A

Caracas 1060-A – Venezuela

Tel.: (+58) 212 9522640

E-mail: [bvc@caracasstock.com](mailto:bvc@caracasstock.com) | <http://www.caracasstock.com>

Câmara de Comércio de Caracas

Edif. Câmara de Comercio de Caracas

Avda Andrés Eloy Blanco 215, 8º - Los Caobos

Caracas – Venezuela

Tel.: (+58) 212 5713222 | Fax: (+58) 212 5710050

E-mail: [comercio@ccc.com.ve](mailto:comercio@ccc.com.ve) | <http://www.ccc.com.ve>

Corporación de Turismo de Venezuela (Corpoturismo)

Torre Oeste, 37º

Avda Lecuna, Parque Central

Caracas 1010 – Venezuela

Tel.: (+58) 212 5765696 | Fax: (+58) 212 5742679

E-mail: [corpoturismo@platino.gov.ve](mailto:corpoturismo@platino.gov.ve)

Petroleos de Venezuela, SA (PVDSA)

Edif.. Petroleos de Venezuela, Torre Este

Avd. Libertador, La Campiña, Apdo 169

Caracas 1010-A – Venezuela

Tel.: (+58) 212 7084743 | Fax: (+58) 212 7084661

E-mail: [saladeprensa@pdvsa.com](mailto:saladeprensa@pdvsa.com) | <http://www.pdvsa.com>

## 8. Fontes de Informação

### 8.1 Informação Online **aicep** Portugal Global

#### Documentos Específicos sobre a Venezuela

- Título: “Venezuela – Relações Económicas com Portugal”  
Edição: 03/2009
- Título: “Venezuela – Condições Legais de Acesso ao Mercado”  
Edição: 02/2009
- Título: “Venezuela – Dossier Especial”  
Edição: 05/2008
- Título: “Venezuela – Endereços e Informações Úteis”  
Edição: 05/2008
- Título: “Venezuela – Acordo de Promoção e Protecção Recíprocas de Investimentos”  
Edição: 06/2005

#### Documentos de Natureza Geral

- Título: “Apoios Financeiros à Internacionalização – Guia Prático”  
Edição: 07/2009
- Título: “Aspectos a Acautelar num Processo de IDPE”  
Edição: 04/2009
- Título: “Marcas e Desenhos ou Modelos – Regimes de Protecção”  
Edição: 02/2009
- Título: “Acordos Bilaterais Celebrados por Portugal”  
Edição: 01/2009
- Título: “Acordos Bilaterais Portugal/Mercosul”  
Edição: 01/2009
- Título: “Normalização e Certificação”  
Edição: 11/2008



- Título: “Como Participar em Feiras nos Mercados Externos”  
Edição: 08/2008
- Título: “Seguros de Créditos à Exportação”  
Edição: 06/2008
- Título: “Seguro de Investimento Directo Português no Estrangeiro”  
Edição: 06/2008
- Título: “Guia do Exportador”  
Edição: 02/2008
- Título: “Dupla Tributação Internacional”  
Edição: 12/2004
- Título: “A Internacionalização das Marcas Portuguesas através do Franchising”  
Edição: 11/2004
- Título: “Pagamentos Internacionais”  
Edição: 06/2004

A Informação On-line pode ser consultada no Site da aicep Portugal Global, na Livraria Digital em – <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx>

## 8.2. Endereços de Internet

- Agencia Bolivariana de Noticias – <http://www.abn.info.ve/>
- Banco Central de Venezuela – [www.bcv.org.ve](http://www.bcv.org.ve)
- Centro Nacional de Tecnologías de Información – <http://www.cnti.gob.ve/>
- Consejo Nacional de Promoción de Inversiones – CONAPRI – [www.conapri.org](http://www.conapri.org)
- Corporación Andina de Fomento – [www.caf.com](http://www.caf.com)
- Fondo para la Normalización y Certificación de Calidad – <http://www.fondonorma.org.ve/>
- Gaceta Oficial – [www.tsj.gov.ve/gaceta/gacetaoficial.asp](http://www.tsj.gov.ve/gaceta/gacetaoficial.asp)

- Gobierno en Línea – [www.gobiernoenlinea.ve](http://www.gobiernoenlinea.ve)
- Instituto Nacional de Estadística – [www.ine.gov.ve](http://www.ine.gov.ve)
- Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores – [www.mre.gob.ve](http://www.mre.gob.ve)
- Ministerio del Poder Popular para la Energía y Petróleo – [www.mem.gob.ve](http://www.mem.gob.ve)
- Petróleos de Venezuela, S.A. – <http://www.pdvsa.com/>
- Portal Aduanero – [www.aduanas.com.ve/index.php](http://www.aduanas.com.ve/index.php)
- Servicio Autónomo de la Propiedad Intelectual – [www.sapi.gov.ve/](http://www.sapi.gov.ve/)
- Servicio Nacional Integrado de Administración Aduanera y Tributaria – SENIAT – [http://www.seniat.gob.ve/portal/page/portal/PORTAL\\_SENIAT](http://www.seniat.gob.ve/portal/page/portal/PORTAL_SENIAT)